

## 1. Introdução

### A consciência do mundo & a modernidade ibérica.

Em 1460, o italiano Mateus Pisano, contratado para escrever as crônicas de todos os reis de Portugal, conclui o manuscrito do *Livro da Guerra de Ceuta*, única obra efetivamente escrita pelo letrado ao longo de sua presença na corte portuguesa. Prova de que o negócio dos livros de história era questão de Estado, os incentivos para levar letrados estrangeiros à corte de Lisboa foram tratados com interesse e celeridade nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V, bem como no de seus sucessores. Escrita, provavelmente, como um sumário para as futuras crônicas dos reis de Portugal, o manuscrito de Pisano, cujo trabalho fora com certa probabilidade instruído no ateliê de cronistas *del Rey*, tem como sua principal fonte a *Crônica da tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara, de 1451.

A presença de Zurara como referência implícita ou explícita nos textos históricos quatrocentistas e quinhentistas, suplementa a tese de que haveria concomitantemente à escrita da história, a produção e o incentivo à formação de um cânone de referências que identificasse um nome ao texto e o texto a uma política de mecenato. Essa característica nos interessa, porque afastando-se das práticas medievais, nas quais o exclusivo da autoria se referia àquele que a ordenava, não cabendo ao cronista supor-se autor, sacramenta um campo de linguagem no qual o cronista se individualiza e separa-se do anonimato, institucionalizando a prática cronística como esfera de poder, dotada de repertório próprio. Não sendo mais escriba ou copista, o cronista surge como corpo separado do Paço Régio, mas que o contém, numa sutil separação de poderes que distancia o ordenado real e as interferências fáticas do monarca e seu conselho de Estado, liberando o cronista, ao mesmo tempo que o faz velar pela razão política de governo, ao exercício da rememoração do passado sob a luz da verdade.

A aparência de liberalidade, no sentido de acrescentar distância entre o Paço e o ateliê do cronista, sendo indispensável para a feitura dos livros, chancelava uma estratégia de institucionalização da historiografia, na medida em que sugeria as condições aparentes do discurso das histórias verdadeiras, mas também na medida que simulava espacialmente essa quebra de dependência. Desde a segunda metade do século XV, os cronistas-mores eram também detentores da função arquivística,

na organização da Torre do Tombo. Tal duplo lugar do cronista – o atêlie e o arquivo – que eram tanto anexos quanto contíguos, no caso do ateliê, ao Palácio Real, supunha uma separação dos espaços e uma vinculação dos ofícios, permanecendo a plêiade de cronistas e seus aprendizes, simultaneamente, como funcionários da Coroa e *oficiais das letras*, o que lhes impunha estarem tanto sob a aprovação do soberano quanto exilados em edifícios garantidores de histórias escritas sem quaisquer imposturas.

O significado dessa mudança precoce na física dos espaços exigia que a produção historiográfica se fizesse por meio de discursos que sustentassem as narrativas, com base em investimentos argumentativos amplificadores do *logos* da história, salvaguardando o escrito dos rumores públicos e de sua equivalência com a vontade própria do monarca. Cabia aos cronistas, que escrevessem os feitos e memórias portuguesas *como se* as histórias providenciassem o sentido moral dos atos pretéritos, eludindo seu significado imediato de ligação aos valores políticos da casa dinástica reinante. E não podia ser por menos, pois toda a historiografia dos séculos XV e XVI se alicerçava na efetivação de poder da Dinastia de Avis, nunca efetivamente negado, mas, em algumas ocasiões, ameaçado. Ameaças que traçavam estratégias de escrita e de revisão da própria historiografia, quando reclamados pelas singularidades dos eventos políticos, fazendo da crônica e do cronista, agentes capazes de executar movimentos tão idiossincráticos quanto necessários, na garantia da ordenação dos recursos e alianças que suportavam a política de centralização avizina tornando-os, como sugere Richard Kagan (2009: 5), sujeitos muito mais conscientes dos usos públicos e políticos da história.

Garantidas suas formas de independência, aparentes e necessárias, as histórias e os cronistas que as escreviam organizavam o pano de fundo dos eventos e narrativas que, burlando as fantasmagorias próprias dos relatos medievais, investiam de sentido as práticas políticas correntes do incipiente negócio das conquistas portuguesas, na perspectiva religiosa e comercial. Nesse sentido, a sagração do poder real exigia que se expressasse forma e conceito das histórias, algo que não ocorreu de maneira simples na cronística medieval e moderna portuguesa. As designações correntes de história, no século XV, ainda cabiam pertencer ao vocabulário instituído por Isidoro de Sevilha (Séc. VII), como registro exclusivo daquilo que o próprio autor houvera vivenciado, assim como, de modo mais generalizado, a forma própria de se conhecer tudo aquilo que se referisse ao

passado (Engels, 2013: 63), o que não se opunha às concepções e modelos antigos de história, correntes em traduções no período.

Não havendo uma definição rigorosa de *crônica*, disponível nos escritos de quatrocentos, excetuando-se a econômica referência feita por Zurara, como substantivo derivado de Cronos, é possível supor que os relatos escritos na primeira pessoa do cronista se identificassem menos pela diferenciação estrita das formas historiográficas que pela identificação do ofício de *cronista*, i. e, “aquele que escreve histórias”, pois *crônica* e *história* se equivaliam semanticamente. Essa falta de clareza sobre a categoria dos textos, sanada por volta da metade do século XVI, ao mesmo tempo em que o discurso histórico ganhava contornos de oficialidade e consciência de seus usos políticos, não se diferenciava da polissemia de que se revestia o termo história no medievo. “Desde o século IX”, escreve Odilo Engels, “*historia* podia se referir tanto a um objeto de conhecimento em um quadro quanto ao próprio quadro [...] de onde surgiu, desde o século XIII”, os verbos, “*historiare*, *historie* ou *storiare*, no sentido de *confeccionar uma representação pictórica* ou simplesmente *enfeitar*”. No mesmo período, aparece outra designação, circunstanciada a passagens lidas da Bíblia, donde se conclui que história não se referia especificamente a uma narrativa do passado, mas a quaisquer relatos, estando a dimensão histórica dos textos especificadas em vocábulos como *anais*, *crônicas*, *genealogias* e *gesta* (Engels, 2013: 65). A tradução, em sentido estrito, de *história* como gênero de relato historiográfico, por volta do século XV, diluiria as incertezas envoltas na palavra.

A crônica era o relato histórico e, sendo assim, distava-se de formas cortesãs como o encômio e a fábula, exigindo um repertório de comunicação e veracidade que, ao dialogar com o poder do Estado, implicava em um protocolo de leitura específico que, na altura do século XV, procurava deslegitimar aspectos fantasiosos em troca de versões estilística e persuasivamente realistas do passado. Dessa forma, ao produzir o salto da indistinção do gênero quanto ao vocábulo, que só seria concluído no século seguinte, para a formação de um sentido estável de “história” como relato verdadeiro de fatos passados e presentes, os cronistas de Quatrocentos fornecem aspectos para o entendimento da discursividade do gênero história emergente na primeira modernidade, construindo, por sua vez, o “cronista”, enquanto agente politicamente interessado, sob uma teia de relações e afetos

cortesãos, e o “leitor”, a quem devia caber o domínio de certos protocolos retórico-poéticos de decifração dos textos, um agente político e comercial, simultaneamente.

A incompreensão dessa estrutura de aprendizagem da leitura da história, disponível para os sujeitos do período, seria equivalente a tornar opaco os sentidos mesmos pelos quais o gênero história, como que acompanhando a rápida mutação epistemológica de que trata Randles (1994: 11), foi se liberando de suas formas medievais iniciais de indeterminação do substantivo história, para torná-la uma narrativa capaz de valer pela dupla função de “contendor” e “corregedor” da memória. É a memória, numa transliteração de Zurara, “sede dos bons afetos e sela do bom governo da vida”, pois não havendo um sem o outro, não poderia haver *príncipe perfeito* e, por conseguinte, bons vassallos. Nessa designação do papel que ocupa a memória, que possui caráter *mnemônico* de instrução moral como demonstrado por Frances Yates, as narrativas dos cronistas cabiam exercer o papel de “guardar os feitos”, descrevendo as ações e produzindo as afeições a eles correspondentes e, “guardar os feitos”, no sentido de estabelecer os níveis de controle da interpretação.

Isso fica evidente quando cotejados os diferentes relatos que se sucederam à afirmação de D. João I à frente da Coroa portuguesa, após as guerras de 1370-80. Diferente da tarefa que havia sido colocada a Fernão Lopes, a de escrever a narrativa dos fatídicos eventos que levaram à secessão interna das famílias nobres, aliadas e contrárias à ascensão do Mestre de Avis, estabelecendo os nexos históricos e jurídicos de legitimidade da nova dinastia, a Rui de Pina e Gomes Eanes de Zurara cabiam articular, com tons dramáticos e estratégicos, a nobreza de intenções dos monarcas portugueses na prossecução dos investimentos comerciais no norte da África. Na *Crônica de D. João II*, Rui de Pina, por exemplo, segue uma forma de narrativa dos eventos que implica, seguindo a desconstrução da cronologia, efeitos de amplificação da importância econômica do estabelecimento de feitorias portuguesas na Costa da Mina, para assim ajustar a reação violenta do monarca na ocasião da condenação capital, por traição, do 4º Duque de Bragança, mesmo que os eventos não tivessem conexão temporal.

Justificava-se, assim, mediante a fraude da cronologia, o poder real e seus projetos de expansão no norte da África. Quando Cataldo Sículo escreveu, em 1495, em carta a D. Manuel, que as expedições dos portugueses à África eram como as viagens de Enéias ao longo dos portos e ilhas do Mediterrâneo, a nobreza

encontrava-se pacificada, e os projetos de expansão marítima faziam parte da agenda política dos monarcas de uma maneira translúcida. Escrita antes do descobrimento do caminho das Índias, a mensagem de Sículo se tornaria um *topos* da historiografia Quinhentista, ao comparar as vantagens dos modernos sobre os antigos:

Celebram Eneas que em vinte brirremes veio da Frígia à Itália. E porque não hei de exaltar com louvores imorredouros os vossos antepassados que em quatrocentos navios ou mais, com maior frequência, passaram contra os Muçulmanos em África, apesar de dois outros inimigos que se opunham, a saber, a distancia e o mar, e sem que alguma vez prinicpe cristão os auxiliasse? (SÍCULO, *apud* RAMALHO, 1992: 21).

Letras e armas tornavam-se, dessa maneira, uma aliança irredutível da soberania portuguesa nos mares e continentes do planeta. Pouco tempo depois da carta dirigida ao rei de Portugal, Cataldo Sículo presenciaria a oração de D. Pedro de Menezes, 2º conde de Alcoutim, na abertura da Universidade de Lisboa, em 1504. Escrita e lida em elegante latim, o jovem conde, mais tarde vindo a ser governador em Ceuta, dirigia ao rei e à corte uma descrição em tons épicos das conquistas portuguesas:

Não quero mencionar nenhum dos presentes, não vá acontecer que, pondo um diante de outro, desperte com isso más vontades. Tanto mais que vim perante esta audiência, não como historiador, mas como orador. Outros escreverão, e com muito maior extensão do que eu, libertos de sentimentos de patriotismo. Mas a verdade é que, nos feitos tanto de África como da Ásia, hão-de encontrar não um mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas, vários Décios, vários Cipíões, Marcelos, Camilos [...] E se o nosso Povo tivesse alguma vez possuído tais escritores como tiveram Roma e a Grécia, quando eram florescentes, ler-se-ia a respeito dele com não menor interesse e louvor do que a respeito desses que mencionei (MENEZES, *apud* RAMALHO, 1992: 24).

Compreende-se, deste modo, que a crônica quinhentista da segunda metade do século, tornava-se herdeira de uma cultura historiográfica gestada no século XV, cujos contornos definiam o poder e seus objetivos expansionistas, à medida que a historiografia ia se distanciando do atêlie régio e se tornando negócio particular, de iniciativa de letrados conectados ao desejo de louvar as conquistas e a fama de Portugal. Por outro lado, a linguagem retórica e poética das referências épicos e do estilo com que seria narrada a história do império português encontrava-se, igualmente, posta em circulação. Mas a materialização dessa semântica imperial se daria a partir da impressão de obras de caráter histórico, a fim de divulgar as gestas

portuguesas na Europa. Por volta da década de 1530, André de Resende publicava, em Louvain, o *Resumo dos feitos praticados na Índia pelos portugueses no ano anterior, segundo o modelo da carta de Nuno da Cunha, designado governador da Índia, enviou ao Rei, da cidade de Cananor, a 13 de outubro de 1530*. Em 1539, Damião de Góis, também em Louvain, divulgava seu *Commentarii Rerum Gestarum in India citra Gangis a Lusitannis, anno 1538*. E dez anos depois, publicava *De Bello Cambaico Ultimo Commentarii Tres*, sobre a guerra de Cambaia (RAMALHO, 1992: 25).

Os livros e as informações sobre as conquistas portuguesas circulavam com agilidade, inundando as praças editoriais e os imaginários do período acerca dos Novos Mundos conhecidos e preparavam o terreno para um novo tipo de historiografia, que surgiria na segunda metade do século, da qual João de Barros foi, talvez, seu maior expoente. Nascido em 1497, Barros, filho ilegítimo de um corregedor da comarca de Viseu, foi educado na corte, tornando-se amigo próximo do infante, futuro rei D. João III. A ascensão social, provavelmente, não apagou o estigma de bastardo, que deve ter lhe acompanhado por toda a vida. E não deixa de admirar que, tendo alcançado cargos de alta reputação na corte, Barros tivesse se tornado um defensor moral da virtude do engenho e do mérito.

A trajetória do cronista como letrado começou na década de 1520, ao publicar a *Crónica do imperador Clarimundo*, uma narrativa épica e fantasiosa sobre a fundação do reino de Portugal, pelo cavaleiro polonês Clarimundo. A partir de então, publicar-se-iam de sua lavra diálogos, tratados, gramáticas, cartilhas evangélicas, livros de cosmografia e geografia, um tratado de arquitetura – perdido e indisponível a nós, contemporâneos – e sua *magnus opus*, a *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Barros define com excelência os trajetos de uma vida na corte portuguesa dos Quinhentos. Sendo sucessivamente letrado, funcionário régio e feitor da Casa da Índia, o importante empório de mercadorias que havia sido construído no início do século XVI, no porto de Lisboa, quase contíguo ao Paço da Ribeira, também tornou-se homem de negócios e investidor, adquirindo navios para o propósito da colonização da capitania do Maranhão, no Brasil, da qual tornara-se donatário<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Em 1535, estabeleceu sociedade com dois outros donatários de terras no Norte brasileiro: Aires da Cunha, fidalgo regressado do Oriente, e Fernão Álvares de Andrade, conselheiro do rei e tesoureiro-mor da Coroa. Montou-se uma esquadra privada, considerada a maior de até então, constituída por

Isso demonstra de que modo as carreiras dos homens do período restavam imbrincadas à mercantilização da vida e à possibilidade de enriquecimento. A circulação por diversos espaços, das letras aos negócios das colônias, permite que olhemos para a importância com que a circulação monetária e os negócios da Índia dominaram os veios e afluentes da cultura portuguesa em todos os sentidos. E Barros, próximo das especiarias e dos sacos e sacos de dinheiro que tinha de dar recado ao rei, no cargo de tesoureiro da Casa da Índia, lembraria dos males da cobiça e os desvarios dos mares de riquezas que buscariam seus contemporâneos, em suas letras.

No trânsito, montado a cavalo, entre o Paço e a residência que ocupava na Rua do Hospital das Chagas, posteriormente posta à locação para saldar as divídias acumuladas pela má sucedida empresa de colonização de terras no Maranhão, Barros podia ter uma visão privilegiada da sociedade de seu tempo, numa Lisboa cosmopolita, na qual se misturavam o cheiro de canela e o esterco dos cavalos. No *Panegírico da Infanta D. Maria*, de 1546, oferece uma visão da compleição moral da sociedade portuguesa.

São homens e mulheres, casados e solteiros, leigos e sacerdotes, nobres e baixos, pobres e ricos, moços e velhos, senhores e vassallos, rústicos e políticos, discretos e ignorantes, cobardes e animosos, iriosos e mansos. Além destes, maus e bons, cobiçosos, roubadores, homicidas, onzeneiros, adúlteros, sacrílegos, perjuros, hereges e blasfemos (BARROS, *apud* COELHO, 1992: 20).

Numa sociedade composta por hierarquias e sedimentos, teoricamente, intransponíveis, salta aos olhos a lista dos maus e cobiçosos. Definição de um entendimento moral do cronista e tesoureiro da Casa da Índia, que tão bem conhecia o dinheiro, dos malefícios e paixões negativas que traziam as arcas carregadas de moedas e especiarias, das naus do Oriente. Insisto nessas descrições, pois penso que a matéria de seus escritos não encontravam-se subjacentes apenas em construções retóricas de imagens do poder imperial e de seus efeitos lúdicos sobre alguma

---

9 navios, com aproximadamente 900 homens e 113 cavalos. Borges Coelho sugere que a expedição tinha por objetivo alcançar minas de ouro ou prata em terras brasílicas, e tiveram como odelo as expedições de Hernán Cortez e Francisco Pizarro. Ver COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria. Sobre o percurso e a obra de João de Barros*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 20-35; BOXER, Charles R. *João de Barros: Portuguese humanist and historian of Asia*. Londres: Concept, 1981.

audiência. Barros define uma trajetória de ascensão e descenso social única entre os letrados aqui estudados. Seus dinheiros vinham tanto da ocupação de tesoureiro do empório del Rei – no qual ganhava pouco menos de 160 mil réis -, das casas de aluguéis que possuía em Lisboa, da chácara de Alintém, onde produzia alimentos para ser vendidos nas cidades, de empréstimos e das rendas das vendas de seus livros, que não devia ser muita.

Diferente de seus antecessores na escrita da história, não estava coberto pela proteção de um cargo de *cronista-mor*. O ofício no Paço era incerto e muitas vezes era afastado, para cuidar de negócios privados. A multiplicidade de investimentos e a feitura de seus livros demonstra que o salto do século XV para o XVI produzira uma interessante figura das letras: um cronista que, não sendo oficial, tinha iniciativa própria na produção de letras históricas. Essa é uma das várias perspectivas possíveis vindas da ampliação dos mercados de editores no reino e na Europa àquele período. A circulação de relatos de viagens e o crescimento vertiginoso de leitores desse gênero marcava a presença de escritos feitos por viajantes sem caráter letrado reconhecido, tornando a *experiência* do mundo, elemento definitivo dos registros impressos sobre as aventuras no além-mar.

A dimensão livresca e material da Ásia na cultura portuguesa e europeia dos séculos XVI e XVII, as compreendo como sendo algo maior que as definições tradicionais dadas à cultura do Renascimento têm nos oferecido. Giuseppe Marcocci recorda que o contemporâneo interesse dos historiadores pela historiografia dos Quinhentos e Seiscentos reside em que, sendo muito diferente do modo como a historiografia hodierna lida com os temas da diferença e da mundialização, respondem a uma desorientação, em parte semelhante a de nós mesmos, a respeito da perda de coordenadas tradicionais da cultura às quais aqueles pertenciam (MARCOCCI, 2016: 4). A hipótese presente nesta tese procura esclarecer as maneiras pelas quais a historiografia e a cultura historiográfica do império português de Quinhentos e Seiscentos elaboraram as formas de uma narrativa planetária, de *histórias do mundo*, redefinindo os critérios de orientação das categorias de humanidade(s) e diferença(s), bem como materializaram, por meios das letras de viajantes e cronistas, o processo de mercantilização das formas de vidas do início da Modernidade.

As narrativas desse tipo de historiografia, denominada “histórias do mundo”, seguem em duas medidas: tratam-se 1) de obras históricas das descrições

das diferentes épocas do mundo, desde a Criação ao século XVI, geralmente, associadas à confirmação do poder de uma monarquia ou do elogio de uma cidade e Estado, 2) narrativas de história do presente, nas quais se incluem as crônicas portuguesas, que dão notícias dos reinos e humanidades conhecidas à época das conquistas ibéricas e, concomitantes a estas, narrativas de viajantes.

No século XVI, a tentativa de articular os novos tempos ao tempo cristão da Idade do Mundo resultaria em obras como *L'Histoire et Chronique*, de Jean Froissart, de 1534, *Les histoires chroniques du monde*, de Jan Maumont, de 1562, *Della crônica universale del mondo chiamata soplimento delle chroniche*, de Francesco Sansovino, de 1591, as histórias das conquistas hispânicas no México contra os Astecas e os Incas, na porção sul do continente americano, como a *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, de 1575, impressa em 1632, de Bernal Díaz del Castillo, as *Décadas da Ásia*, de João de Barros e Diogo do Couto, a *História da conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, as *Lendas da Índia*, de Gaspar Correa, circulada em manuscrito, e os relatos de viajantes, como Fernão Mendes Pinto, Pedro Ordoñez de Ceballos e tantos outros. Mas não só a Europa dispôs deste sentimento temprano de uma rápida aceleração do tempo do mundo e da necessidade de redescreve-lo em suas histórias globais das conquistas contemporâneas.

No Império turco-otomano, letrados forneceria pistas para a interpretação da história do mundo à luz da presença ibérica nos mares do oriente. Piri Reis, o famoso geógrafo do sultão Solimão, o Magnífico, desenhou o mapa-mundi, de 1521, no qual mostra com alguma exatidão os contornos do globo; e Seydi Ali Reis escreveu um roteiro de viagem sobre suas peregrinações na Índia dos portugueses, na segunda metade do século XVI. Na Costa do Malabar, dominada pelo poder naval lusitano, Zain al-Din al-Mabari, feito cronista das invasões bárbaras dos cristãos da Europa, descreve a história da chegada dos portugueses em seu mundo e a desfiguração nele sofrida, de categorias políticas e culturais importantes para a demarcação das temporalidades e das sociabilidades, defendendo uma *jihad* contra os invasores.

A hipótese deste estudo, modesta no seu sentido mais amplo, propõe que, durante fins do século XV e a segunda metade do século XVII, campo de experiência e horizonte de expectativa entram em choque, demonstrando uma crise dos sentidos e das categorias tradicionais de classificação do tempo e do espaço. A

noção heurística de “regimes de historicidade”, definida por François Hartog (2013: 37), questiona as relações tecidas entre os sujeitos históricos e os tempos da história, ajudando a apreendermos as crises do tempo histórico e sua materialização em textos e memórias. Não há, por conseguinte, um único regime de historicidade, mas um conjunto heteróclito de “crises temporais”, que podem ser definidas a partir de distintos regimes, poéticas do tempo ou cronótopos, que coabitam simultaneamente sob um mesmo período cronológico e cujas durações são muito variáveis. De meu ponto de vista, a marca cronológica e as temporalidades do mundo, nas crônicas quinhentistas e seiscentistas procuram solucionar problemas éticos e políticos advindos do reconhecimento de uma nova *imagem do mundo*. Por muitos motivos, escolhi à categoria “história planetária”, presente na historiografia portuguesa contemporânea, a designação “histórias do mundo” ou “histórias-mundo”, pois acredito que assim evitam-se equívocos de interpretação e respeita-se a nomenclatura dos próprios historiadores do século XVI, que chamavam suas histórias de “histórias do mundo”.

Esta historiografia que se define no século XVI não é exclusivamente europeia e pertence a uma cultura historiográfica que defino como tendo características mundiais e bastante interessada nos efeitos positivos e negativos do traslado de indivíduos, ideias, modos e concepções de tempo e história que passam a circular pelo planeta, numa espécie de sincronização do local e global. A meu modo de ver, a produção letrada do período o qual esta tese se ocupa, demonstrava o cataclisma de instituições e sociedades que passaram a se moldar pela inflexível presença ibérica e europeia nas partes navegáveis do mundo. A presença dos livros, em todos estes espaços, ajudou a criar a silhueta deste mundo, cujas imagens preenchiam as letras da história.